

COMÉRCIO NA RETA DO FIM DE ANO

COMÉRCIO DEVE TER CRESCIMENTO DE 3% A 4% NAS VENDAS NO PERÍODO DO NATAL

Muitos dados de nossa economia indicam que, apesar da piora do humor ao longo do mês de setembro e parte de outubro, as vendas de Natal e de final de ano tendem a ser maiores do que em 2010. No ano passado, houve crescimento de cerca de 6% nas vendas, o mesmo valor acumulado do ano todo, ou seja, o Natal de 2010 seguiu a média do ano. Para este ano estamos esperando crescimento de 3% a 4% nos resultados acumulados e pouco mais de 3% para o Natal isoladamente. Os dados ainda estão sendo revisados, mas a tendência deve ser esta mesmo. O que nos habilita a apostar nesse crescimento são alguns pontos:

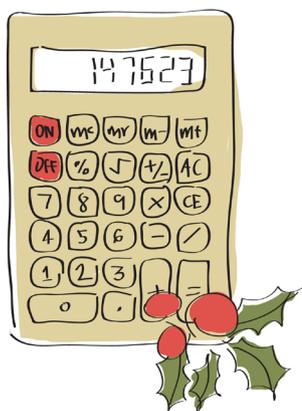
1. Em primeiro lugar, temos hoje uma taxa de desemprego que é a menor da série histórica. Menos de 6%, que é uma taxa um pouco menor do que a percebida no mesmo período de 2010.
2. Além do desemprego um pouco mais baixo, temos um número de postos de trabalho ocupados maior do que em 2010.
3. O crescimento do emprego foi também acompanhado de um pequeno aumento no rendimento médio, e essa conjunção deve agregar cerca de 5% à Massa de Rendimentos Reais em 2011, comparativamente a 2010.
4. O volume de crédito segue crescendo, e as concessões neste Natal (ao longo de dezembro) devem ser 10% a 15% maiores do que em dezembro de 2010.
5. O 13º salário deve ser 16% maior ao longo de 2011 do que foi em 2010, o que, em termos reais, vai representar um crescimento de 8%.
6. Pesquisas com varejistas mostram que a percepção geral relativa aos estoques é de que os mesmos estão adequados.



pág. 02

FINANÇAS

Veja como administrar seu dinheiro para se livrar das dívidas



pág. 03

GOVERNO

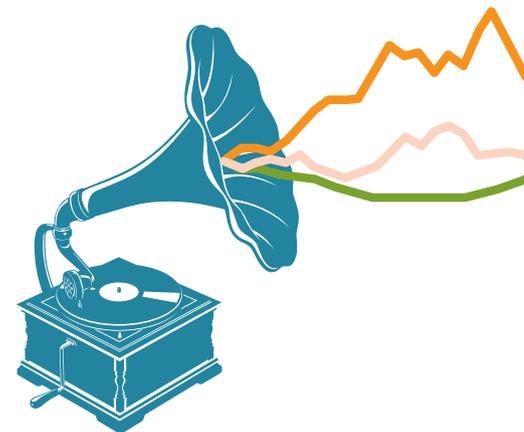
Após pressão, governo desiste de usar indevidamente os recursos do FGTS



pág. 04

CONJUNTURA

Análise de crises passadas ajuda a traçar perspectivas





COMO NÃO FICAR NO VERMELHO

FINAL DE ANO É TEMPO DE ORGANIZAR AS FINANÇAS PARA SE LIVRAR DAS DÍVIDAS

O Natal se aproxima e o consumidor já faz planos para as compras de final de ano. Embora o endividamento esteja controlado e em patamares reduzidos, cabe alertar o consumidor sobre como limpar seu nome, reduzir as suas dívidas e ficar apto para os novos financiamentos.

O consumidor já tem parte de sua renda comprometida com dívidas assumidas e é bom lembrar que, além das compras de Natal, deve considerar os gastos de início de ano, que são inevitáveis e, em boa parte, previsíveis. O importante é colocar seus débitos em dia e ter seu nome excluído do cadastro de inadimplentes. Com o nome sujo o consumidor perde o cheque, não consegue crédito em instituições financeiras e, principalmente, não pode fazer compras a prazo.

Algumas dicas são importantes para lidar com a renegociação de suas dívidas:



PARA DÍVIDAS FUTURAS:

1. Levante todas as informações de gastos do orçamento doméstico, identificando os custos fixos e outros que possam ser previsíveis;

2. Priorize as suas despesas, listando suas necessidades de consumo e identificando as que possam ficar para depois;

3. Identifique as condições dos financiamentos, compare taxas e prazos. Somente tome crédito se realmente for necessário;

4. Caso a renda mensal esteja muito comprometida procure condições de pagamento alongadas, evitando os juros do cartão de crédito que são os mais caros (238% a.a. - ANEFAC nov.2011);

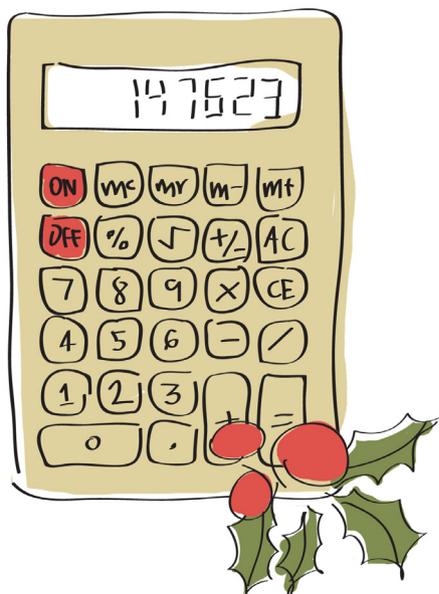
5. Evite utilizar o limite do cheque especial. As taxas de juros cobradas são mais caras do que as linhas de empréstimo pessoal. Contudo, evite ficar sem o cheque, pois com o nome sujo ele será cancelado pelo banco e ainda pode ser uma alternativa em caso de urgência:

. **Cheque Especial** - 157,76% a.a.

. **Empréstimo pessoal** - 65,92% a.a. (ANEFAC - Nov/11)

6. Reserve 30% da renda para imprevistos e gastos extras de início de ano.

7. Faça suas contas todos os meses considerando todos os compromissos assumidos e projetando novas parcelas a serem contratadas por financiamento. Faça uma previsão das receitas e equacione. Somente um bom controle financeiro permitirá a elaboração de um planejamento eficaz.



ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA LIMPAR O NOME

SPC e Serasa

Algumas pessoas acabam deixando de pagar suas contas, seja porque aparecem alguns imprevistos no mês e as contas fogem do controle ou mesmo por descuido.

Então, acabam ficando com o “nome sujo”, o que significa que estão com seu nome cadastrado nos órgãos de proteção ao crédito, como Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa, entre outros. Com o nome sujo o consumidor perde o cheque, não consegue crédito em instituições financeiras, não pode ser avalista e, principalmente, não pode fazer compras a prazo.

Para saber se seu nome está sujo acesse: www.maisconsultas.com ou vá pessoalmente ao SPC e Serasa em sua cidade.



CASO O CONSUMIDOR AINDA NÃO ESTEJA COM O NOME PROTESTADO

Para dívidas existentes:

1. Para pagamento priorize as dívidas vitais, tais como moradia, alimentação, luz, água e outras básicas.

2. Procure conhecer as condições de suas dívidas, taxas cobradas e destaque as que apresentam taxas de juros mais elevadas;

3. Verifique de que maneira é possível quitar as dívidas mais caras, seja com recursos extras que deverão entrar, tais como a primeira parcela do 13º salário e recursos do primeiro lote de restituições. Procure se livrar dessas dívidas cujos juros elevados acabam por consumir seu orçamento;

4. Caso não seja possível, verifique é viável contratar outro financiamento, com taxas reduzidas, a fim de liquidar dívidas mais caras, mas faça apenas um, se não ficar com vários financiamentos em aberto;

5. Avalie, em casos extremos, se algum bem da família poderia ser vendido a fim de quitar os financiamentos mais caro.



CASO O CONSUMIDOR JÁ ESTEJA COM O NOME PROTESTADO

1. O consumidor deve procurar seu credor, apresentar suas condições e possibilidades. Deve solicitar um extrato do que está sendo cobrado, além do principal. Juros de mora, multa e juros por atraso podem ser praticados;

2. As parcelas mensais renegociadas devem caber no bolso do consumidor. Na medida do possível, solicite prazos alongados e juros reduzidos para que o valor da parcela não comprometa demais o orçamento. Pague à vista somente se tiver condições e se o desconto for expressivo;

3. Passadas 24 horas da quitação da primeira parcela, o nome do consumidor deve ser retirado do cadastro de restrição de crédito. Caso isso não ocorra, deve-se procurar um órgão de defesa ao consumidor e registrar a reclamação;

4. Para obter mais informações, o endividado pode procurar o Idec ou Procon de sua cidade, ou consultar o Código de Defesa do Consumidor.

PREVALECEU O BOM SENSO

GOVERNO RECUA NA DECISÃO DE ALTERAR A DESTINAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA

Valeram as críticas e as pressões. E após a polêmica criada, parece que o governo federal e aliados resolveram recuar em sua disposição de utilizar, indevidamente, os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, um patrimônio do trabalhador, uma poupança forçada, um reforço financeiro a ser disponibilizado quando de sua aposentadoria.

Antes de tudo convém lembrar que, desde sua criação em 1967 e até a legislação em vigor - Lei 8036/1990, os recursos do FGTS tem sido historicamente canalizados para o financiamento de programas de saneamento básico e empreendimentos habitacionais.

Há razões, como o tempo vem mostrando, consideradas as necessidades coletivas de um lado e, de outro, a acessibilidade de

governos ao Fundo, que acabam por esclarecer exemplos de desvirtuamento. Nos últimos anos, diante da reduzida capacidade de investimento do governo federal, tem ocorrido financiamentos em infraestrutura, em setores diversificados de sua competência para os quais expressiva parcela dos recursos do FGTS tem sido destinada.

E recentemente, aproveitando-se da Medida Provisória 540/2011, que originalmente tratava de aspectos relativos ao Plano Brasil Maior, governo e aliados, vale repetir, introduziram emenda propondo a destinação de parte dos recursos do FI-FGTS em projetos de obras e empreendimentos relacionados a eventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

Ao que parece, neste caso, as autoridades competentes não reuniram sequer o mínimo de sensibilidade e de discernimento para concluir que nada justifica o comprometimento de um Fundo, cercado de elevado alcance social.

Caberia assim indagar, diante dessa evidência, se o governo, e particularmente as autoridades competentes envolvidas com os citados eventos, não dispuseram de tempo suficiente para preparar-se e buscar parcerias com o setor privado, viabilizando os grandes projetos e os investimentos para aqueles eventos.

Mas, felizmente, a emenda perdeu viabilidade ao sinalizar derrota, daí sua retirada estratégica da MP 540/2011 e o recuo de seus defensores.



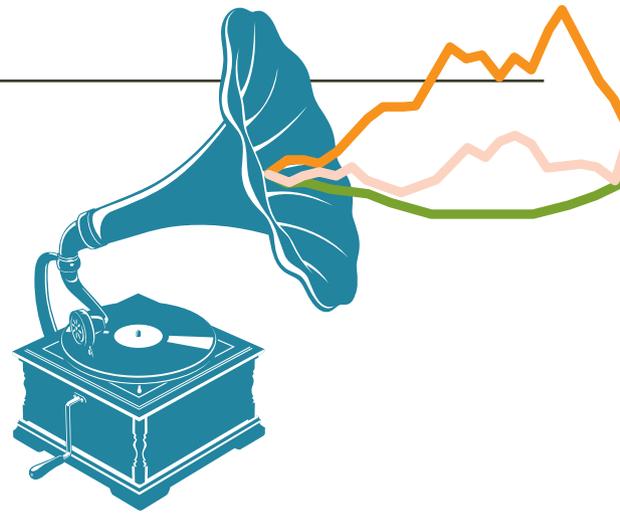
VAMOS APIMENTAR NOSSO RELACIONAMENTO?

O **Programa Relaciona** é uma iniciativa inédita da Fecomercio para fortalecer o comércio, os serviços e o turismo no Estado de São Paulo. É um ambiente digital que integra informações, produtos e inúmeras vantagens que vão integrar ainda mais sindicatos, contabilistas, gestores, financeiro, advogados e empresários destes setores. E revolucionar os seus relacionamentos.

Acesse www.programarelaciona.com.br e confira.

APRENDENDO COM O PASSADO

ANÁLISES DE CRISES ANTERIORES CONTRIBUEM PARA ENTENDER O MOMENTO ATUAL E AS PERSPECTIVAS



Uma crise é diferente da outra, um ciclo econômico é distinto do outro. Mesmo assim, um dos instrumentos para se operar na economia com razoável margem de acerto é o empirismo. Apesar das diferenças entre crises, economias e épocas, as Leis Econômicas valem sempre, ou seja, o comportamento da demanda e da oferta é que vai determinar os preços e o nível de atividade econômica.

Analisando o passado com esse olhar crítico, isolando as peculiaridades de cada momento e agrupando as características comuns, podemos tirar muitas lições para o futuro. Este final de ano se assemelha àquele de três anos atrás: crise se aprofundando nas economias desenvolvidas, reações orquestradas ao redor do mundo e no Brasil, especificamente, o governo e o Banco Central construindo uma agenda de ações para reduzir os impactos e o contágio da crise internacional.

Naquele, não tão distante, setembro de 2008, quando a quebra do Lehman Brothers se tornou o marco da crise, o epicentro dos problemas estava no mercado financeiro americano, mais especificamente na exagerada alavancagem gerada a partir do mercado de hipotecas imobiliárias. Essa alavancagem pode ser traduzida pelo excesso de empréstimos a famílias que, em condições normais de mercado não teriam acesso aos volumes que efetivamente conseguiram nos bancos. Esse excesso de recursos nas mãos das famílias se converteu em exagerado consumo e criou uma bolha de ativos imobiliários e outra bo-

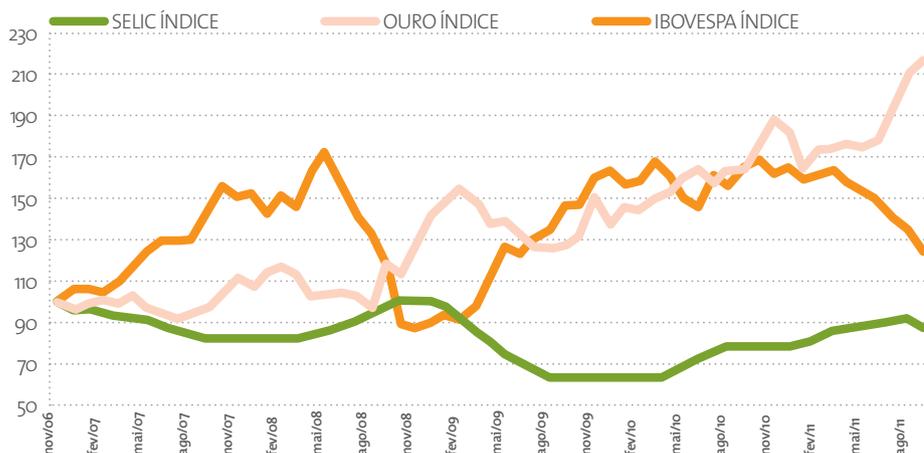
lha de ativos nas bolsas. Quando o processo se rompeu com a crise, as famílias viram seus recursos sendo drenados nas bolsas, e os bancos e credores viram suas garantias se esvaindo com quedas brutais de valores nos mercados de ativos, dado que as famílias reduziram abruptamente seu consumo.

Todavia é interessante notar que apesar da crise ter ficado marcada com a quebra do Lehman Brothers, esse processo apelidado de desalavancagem teve início bem antes, a partir do início de 2008, como se pode notar no gráfico em índice do Ibovespa, que, a rigor, é semelhante ao desenho de todos os grandes índices de bolsas do mundo. A Bolsa subiu muito ao longo de 2007 antes de desinflar em 2008. Ao longo de 2008, por conta da inflação, o Banco Central subiu as taxas de juros, mas em outubro/novembro daquele ano, pressionado pelos eventos externos, o BC iniciou um processo de sustentação de consumo por meio de crédito e redução de juros, e o governo participou desse processo elevando seus gastos e colocando os bancos públicos à frente do mercado.

O mecanismo de manutenção de consumo e combate aos efeitos da crise de 2008 funcionou e já em 2009 o Ibovespa deu os sinais de que estava se recuperando da queda de 2008. O problema é que os efeitos daquela crise ainda persistem pressionando economias importantes como as da Europa. Novamente no final do ano per-

cebemos que o contágio pode ser relevante se o governo não agir. Na realidade os mercados financeiros já contabilizavam os riscos de um novo período de crise internacional ao longo de todo o ano de 2011, exatamente como fizeram em 2008. O Banco Central novamente atua reduzindo juros, e estimulando o mercado de crédito. Como a crise deste momento ainda não mostra contornos tão agressivos para o Brasil como naquele momento, o arsenal não foi totalmente utilizado ainda, mas é bastante grande, o que nos dá alento.

Não dá para garantir que o que aconteceu após a crise em 2008 venha a se repetir em 2012, ou seja, dificilmente o PIB vai crescer 7,5% no ano que vem e talvez o Ibovespa não salte 20% ou 30% no período. Certamente o País corre riscos em 2012 com a possível queda dos preços de commodities (mas que ainda ficarão em patamares razoáveis), mas o nível de reservas, o bom equilíbrio das contas públicas e a percepção dos investidores internacionais de que no longo prazo o Brasil continuará a crescer nos parecem bons amortecedores para resistir a mais essa crise. Também, com o aumento dos fluxos de investimento internacionais, e com a queda de juros, há de fato uma tendência de que o mercado de ações melhore, ao longo de 2012, ainda que nos momentos de crise mais aguda, de acordo com as notícias da Europa, sinta os tremores. O boletim tem antecipado que alguns sinais indicam que o ano que vem não vá ser tão ruim quanto se pensa, mesmo no exterior, e a conjunção de fatores pode propiciar a repetição do desempenho de 2009, ao menos na trajetória, ainda que não na magnitude.



ECONOMix **FECOMERCIO SP**
Representa muito para você.

PRESIDENTE: ABRAM SZAJMAN
DIRETOR EXECUTIVO: ANTONIO CARLOS BORGES
COLABORAÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA
COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO:
 FISCHER2 INDÚSTRIA CRIATIVA
EDITOR CHEFE: JANDER RAMON
EDITORA EXECUTIVA: SELMA PANAZZO
PROJETO GRÁFICO E ARTE: TUTU
FALE COM A GENTE: AJ@FECOMERCIO.COM.BR
 RUA DR. PLÍNIO BARRETO, 285 - BELA VISTA - 01313-020
 SÃO PAULO - SP - WWW.FECOMERCIO.COM.BR